

ASAL - Agência de Seguros e Assistência S.A

BALANÇO

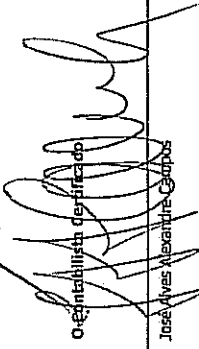
PERÍODO FINDO EM 31.12.2016 E 31.12.2015

Rubricas	Notas	Datas	
		31.12.2016	31.12.2015
ACTIVO			
Activos não correntes			
Activos fixos tangíveis	6	149 662,76	151 595,62
Participações financeiras - MEP	8	997,60	997,60
Outros Investimentos Financeiros	14.2	0,65	0,00
Activo corrente		150 661,01	152 593,22
Outros créditos a receber	13.1	181 595,78	234 081,42
Diferimentos	15.2	3 705,31	5 070,35
Caixa e depósitos bancários	4	140 022,28	41 240,16
Total do activo		325 323,37	280 391,93
		475 984,38	432 985,15
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	15.3	75 500,00	75 500,00
Reservas legais	15.3	15 766,92	15 766,92
Outras reservas	15.3	56 406,12	56 406,12
Resultados transitados	15.3	249 319,25	217 261,78
Resultado líquido do período		33 235,38	32 057,47
Total do capital próprio		430 227,67	396 992,29
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente		0,00	0,00
Fornecedores	13.1	194,98	4,74
Estados e outros entes públicos	15.1	12 608,43	12 718,36
Outras dívidas a pagar	13.1	32 953,30	23 269,76
		45 756,71	35 992,86
Total do passivo		45 756,71	35 992,86
Total do capital próprio e do passivo		475 984,38	432 985,15
		0,00 €	0,00 €

O Conselho de Administração



O contabilista responsável



José Alves Alexandre Campos

ASAL - Agência de Seguros e Assistência S.A

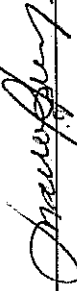
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31.12.2016 E 31.12.2015

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Datas	
		31.12.2016	31.12.2015
Vendas e serviços prestados	9	381 274,64	297 372,88
Fornecimentos e serviços externos	15.4	74 602,39	54 887,44
Gastos com o pessoal	14.1	186 900,76	181 887,27
Outros rendimentos	15.5	777,74	26,25
Outros gastos	15.6	74 398,35	13 995,22
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		46 150,88	46 629,20
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	1 932,86	2 196,54
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		44 218,02	44 432,66
Juros e rendimentos similares obtidos	15.7	200,53	196,98
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		44 418,55	44 629,64
Imposto sobre o rendimento do período	12	11 183,17	12 572,17
Resultado líquido do período		33 235,38	32 057,47
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Interesses que não controlam			
Resultado por ação básico			

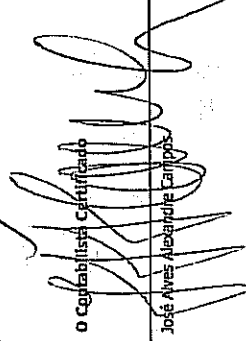
Unidade monetária: Euro

O Conselho de Administração



O Contabilista Certificado

José Alves Alexandre Castro



ASAL-Agência de Seguros e Assistência S.A

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Montantes expressos em Euros)

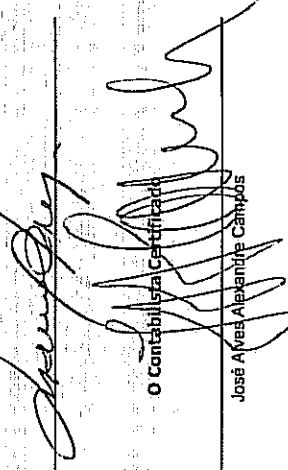
PERÍODO FINDO EM 31.12.2016 E 31.12.2015

	2016	2015
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	381 274,64	297 372,88
Pagamentos a fornecedores	-37 525,76	-25 863,78
Pagamentos ao pessoal	-135 088,68	-169 244,92
Caixa gerado pelas operações	208 660,20	102 264,18
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	-15 384,87	-11 141,16
Outros recebimentos / pagamentos	-94 693,09	-109 921,22
Fluxos de caixa das actividades operacionais [1]	98 582,24	-18 798,20
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	0,00	0,00
Activos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	-0,65	0,00
Outros activos	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	0,00	0,00
Activos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros activos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	200,53	0,00
Dividendos	0,00	196,98
Fluxo de caixa das actividades de investimento [2]	199,88	196,98
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Pagamentos referentes a:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Juros e gastos similares	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Outras operações financiamento	0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento [3]	0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	98 782,12	-18 601,22
Efeito das Diferenças de Câmbio	41 240,16	59 861,38
Caixa e equivalentes no início do período	140 022,28	41 240,16
Caixa e equivalentes no fim do período		

Notas

4

O Conselho de Administração



O Contabilista Certificado


José Aires Alexandre Campos

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO ANO DE 2016

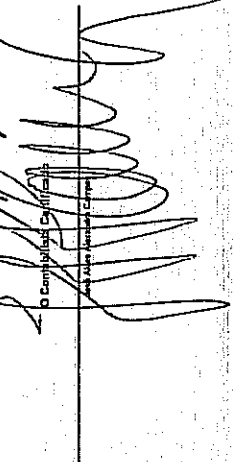
DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio e Reserva sem diferença de capital de reserva										Total	Reservas por não conversão	Total do Capital Próprio
		Capital Subscrito	Ações (ações próprias)	Outros instrumentos de Capital Próprio	Prêmio de avaliação	Reservas legais	Outras reservas	Reservas financeiras	Exercícios de transição	Ajustamentos de avaliação de Capital Próprio	Resultado líquido do período			
1	1	75.500,00	0,00	0,00	0,00	15.768,02	56.406,12	217.261,78	0,00	0,00	32.057,47	396.002,20	0,00	396.002,20
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Ph. Valor de aquisição de investimentos em empresas controladas														
Alterações de política contábil														
Diferença de conversão de demonstrações financeiras														
Resultado líquido do período														
Outras alterações														
Outras alterações resultantes no capital próprio														
2	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.057,47	0,00	0,00	-32.057,47	0,00	0,00	
3	3													
4	4													
5	5													
6	6													
7	7													
8	8													
9	9													
10	10													
11	11													
12	12													
13	13													
14	14													
15	15	75.500,00	0,00	0,00	0,00	15.768,02	56.406,12	249.318,25	0,00	0,00	39.235,30	430.227,67	0,00	430.227,67

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO ANO DE 2015

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio e Reserva sem diferença de capital de reserva										Total	Reservas por não conversão	Total do Capital Próprio
		Capital Subscrito	Ações (ações próprias)	Outros instrumentos de Capital Próprio	Prêmio de avaliação	Reservas legais	Outras reservas	Reservas financeiras	Exercícios de transição	Ajustamentos de avaliação de Capital Próprio	Resultado líquido do período			
1	1	75.500,00	0,00	0,00	0,00	15.768,02	56.406,12	208.516,53	0,00	0,00	10.751,25	364.934,62	0,00	364.934,62
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Ph. Valor de aquisição de investimentos em empresas controladas														
Alterações de política contábil														
Diferença de conversão de demonstrações financeiras														
Resultado líquido do período														
Outras alterações														
Outras alterações resultantes no capital próprio														
2	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.751,25	0,00	0,00	-10.751,25	0,00	0,00	
3	3													
4	4													
5	5													
6	6													
7	7													
8	8													
9	9													
10	10													
11	11													
12	12													
13	13													
14	14													
15	15	75.500,00	0,00	0,00	0,00	15.768,02	56.406,12	219.267,78	0,00	0,00	32.057,47	396.002,20	0,00	396.002,20



 O Administrador



 O Diretor de Administração




ASAL

AGÊNCIA DE SEGUROS E ASSISTÊNCIA, S.A.

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

2016



1 – IDENTIFICAÇÃO

1.1 – Designação da Entidade

ASAL – Agência de Seguros e Assistência, S.A.

1.2 – Sede

Rua Joaquim Pedro Monteiro, 57 – 2600-165 Vila Franca de Xira.

1.3 - NIPC

500 031 894

1.4 – Natureza da Actividade

A ASAL é uma sociedade anónima com início de atividade a 14 de Janeiro de 1967. Está matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vila Franca de Xira com o n.º 500 031 894, com o capital social de 75.500 euros.

Tem como objeto principal a mediação seguros, desenvolvendo a sua atividade em parceria com a generalidade das seguradoras existentes.

1.5 – Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

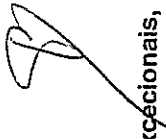
2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilístico (“SNC”), em vigor em Portugal nos termos do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho, o qual é composto pela Estrutura Conceptual, pelas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e pelas Normas Interpretativas, homologadas respetivamente pelos Avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de Julho de 2015.

Sempre que se verificarem lacunas na aplicação do SNC que impeçam a apresentação de informação verdadeira e apropriada, a Empresa supera essas lacunas pelo recurso supletivo ao normativo internacional, pela ordem indicada:

- I. Normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;
- II. Normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC – IFRIC.



2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade. No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 - Indicação e comentário das contas do Balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2016 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2015, e estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa de acordo com as NCRF, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Adotaram-se os requisitos de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos, aplicáveis e previstos nas NCRF respetivas, e tendo por referência a Estrutura Conceptual e ainda conforme Norma Regulamentar n.º 15/2009-R de 30 de Dezembro do Instituto de Seguros de Portugal.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NCRF 7)

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

ATIVOS INTANGÍVEIS (NCRF 6)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO (NCRF 15)

Subsidiárias

Os investimentos financeiros em subsidiárias estão registrados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com este método, as participações financeiras são registradas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da sociedade nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da sociedade incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

As políticas contábilísticas das subsidiárias, sempre que necessário, são alteradas de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Existindo indícios objetivos de que esses investimentos financeiros possam estar em imparidade, são feitas as correspondentes avaliações, sendo registradas como gasto na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existirem.

Ainda segundo o método da equivalência patrimonial, se a proporção da sociedade nos prejuízos acumulados da empresa subsidiária exceder o valor pelo qual o investimento se encontra registrado, este será reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa subsidiária não for positivo, exceto se a sociedade tiver assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registrando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo "Provisões" para fazer face a tais obrigações.

RÉDITO (NCRF 20)


O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Entidade não mantém qualquer controle sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relacionadas de ativos e passivos, assim como as quantias relacionadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso.



No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva.

PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES (NCRF 21)

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada Balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

O montante reconhecido de provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. A estimativa é determinada de acordo com os riscos e incertezas associados à obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir, uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.


SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO (NCRF 22)

Os subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração dos Resultados na parte proporcional dos gastos suportados.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (NCRF 25)

O imposto sobre o rendimento corresponde aos impostos correntes do período os quais podem ser corrigidos pelos impostos diferidos (caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis). Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

Nos termos do código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas "IRC", a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados, deduzidos de eventuais reportes de prejuízos até ao limite de 70% do lucro tributável do exercício, encontra-se sujeita a tributação, à taxa normal de 21%, que pode ser



incrementada pela aplicação da Derrama à taxa máxima de 1,5 % e pela Derrama estadual de 3% sobre o excedente do lucro tributável em 1.500.000 Euros até 7.500.000 Euros, de 5% sobre o excedente do lucro tributável de 7.500.000 Euros até 35.000.000 Euros e de 7% sobre o excedente do lucro tributável em 35.000.000 Euros.

No caso de pequenas e médias empresas, qualificadas como tal nos termos previstos no anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, a taxa normal de IRC é de 17% na parte da matéria coletável que não ultrapasse os 15.000 Euros e de 21% na parte excedente.

Nos termos do artigo 89º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos a taxas que variam entre os 5% e os 70%, caso exista lucro tributável no exercício, ou entre 15% e 80% nos casos em que se verifica prejuízo fiscal no exercício.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2013 a 2016 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

Os impostos que à data do balanço não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo montante que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NCRF 27)

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

a) Outras dívidas de terceiros

As dívidas de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

b) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registradas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

c) Períodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registrados nas rubricas Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

e) Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (NCRF 28)

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, comissões, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e Natal, participações nos lucros e gratificações, e benefícios não monetários (segurança social, seguro acidentes de trabalho e doença, formação, atividade desportiva) assim como quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração.

As obrigações decorrentes de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.2 – Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou estimativas relevantes, relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras


do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4 – FLUXOS DE CAIXA

4.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Descrição	Conta	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	11	30,01	30,01
Depósitos à ordem	12	139 992,27	41 210,15
Total de caixa e depósitos bancários		140 022,28	41 240,16

5 – PARTES RELACIONADAS

5.1 – Relacionamento com empresas-mãe:

Considerando a atual distribuição do capital, não existe o conceito de empresa-mãe.

5.2 - Remunerações do pessoal chave da gestão:

As remunerações auferidas pelo órgãos sociais (entendidos como pessoal chave da gestão), nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, foram as seguintes:

	31/12/2016	31/12/2015
Remunerações		
Vencimentos	12 720,00 €	12 120,00 €
Subsídio de férias	1 060,00 €	101,00 €
Subsídio de natal	1 060,00 €	1 010,00 €
Total	14 840,00 €	13 231,00 €

5.3 - Transações entre partes relacionadas:

a) *Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:*

Em 31 de Dezembro de 2016, a Empresa detém 1,96% do Capital Social da sociedade "ASAL – Assistência Médica no Trabalho, S.A.".

Para além desta empresa, existem mais duas onde a ASAL não tem participação direta mas sobre as quais os sócios são comuns – a Morgado Nora Velha, Lda e a Monte da Eira, S.A.

b) *Transações e saldos pendentes*

Transações	31/12/2016	31/12/2015
Serviços prestados à participada	0,00 €	0,00 €
Aquisições efetuadas à participada	129,06 €	0,00 €

Saldos Pendentes	31/12/2015	31/12/2015
Contas a receber da participada	1 168,97 €	1 168,97 €
Contas a pagar à participada	0,00 €	0,00 €
Contas a receber de outras partes relacionadas	59 597,22 €	113 845,91 €

6 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição.

As depreciações foram efectuadas pelo método da linha recta, em sistema de duodécimos.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidades e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo como o seguinte quadro.

Descrição	31/12/2015	Adições	Transferência	31/12/2016
Terrenos e recursos naturais	31 175,00			31 175,00
Edifícios e Outras construções	139 024,95			139 024,95
Equipamento Básico	40 809,96			40 809,96
Equipamento Administrativo	55 764,75			55 764,75
Outros Ativos Fixos Tangíveis	28 813,51			28 813,51
Ativo Tangível Bruto	295 588,17	0,00		295 588,17
Depreciações Acumuladas	143 992,55	1 932,86		145 925,41
Ativo Tangível Líquido	151 595,62			149 662,76

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

- Edifícios e outras construções: 50 Anos
- Equipamento básico: Entre 3 a 10 Anos
- Equipamento administrativo: Entre 3 a 8 Anos
- Outros ativos fixos tangíveis: Entre 8 a 10 Anos

As amortizações do exercício no montante de 1.932,86€ foram registadas na rubrica de 64 – Gastos de depreciação e de amortização.

Não existem ativos fixos tangíveis com perdas de imparidade.

7 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição.

As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidades e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo como o seguinte quadro:

Descrição	31/12/2015	Adições	Transferência	31/12/2016
Programas de Computadores	1 355,64	0,00		1 355,64
Ativo Intangível Bruto	1 355,64	0,00		1 355,64
Depreciações Acumuladas	1 355,64	0,00		1 355,64
Ativo Intangível Líquido	0,00	0,00		0,00

8 – INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015, o movimento ocorrido nas rubricas "Participações Financeiras", incluindo as respetivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo no início do ano	997,60 €	997,60 €
Aquisições		
Alienações		
Outras Variações		
Saldo no final do ano	997,60 €	997,60 €

As "Outras Variações" correspondem à quota-parte do resultado líquido do exercício alcançado pelas participadas. Não foram registadas perdas por imparidade, em qualquer dos exercícios, relativamente às participações financeiras.



Os investimentos financeiros mensurados pelo método do custo, correspondentes a empresas são os seguintes, indicando-se os valores de Balanço em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015:

Valor de Balanço			
	%	31/12/2016	31/12/2015
ASAL - Assistência Médica no Trabalho, S.A.	1,96%	997,60 €	997,60 €

9 – RÉDITO

Os réditos são mensurados pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, líquido de abatimentos e descontos. O rédito reconhecido pela Empresa nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, é detalhado conforme se segue:

Rubricas	31/12/2016	31/12/2015
Comissões de Seguros	381 274,64 €	297 372,88 €
Subsídios à Exploração	0,00 €	0,00 €
Outros Rendimentos e Ganhos	777,74 €	26,25 €
Juros e Rendimentos similares	200,53 €	196,98 €
Total	382 252,91 €	297 596,11 €

Artº 4º - nº 1 da norma regulamentar nº 15/2009-R de 30 de Dezembro

Comissionamento	31/12/2016	31/12/2015
Ramo Vida	8 502,91 €	4 565,55 €
Ramo Não Vida	372 771,73 €	292 807,33 €
Total	381 274,64 €	297 372,88 €

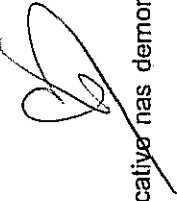
10 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

De acordo com a informação disponível não se verificou a necessidade de reconhecer qualquer Provisão nem existe conhecimento de Passivos contingentes e Ativos contingentes que sejam necessários divulgar

11 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.




Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

12 - IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido na Demonstração dos Resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 podem ser detalhados como segue:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Resultado Antes de Impostos	44 418,55	44 629,63
Matéria Coletável	43 457,43	51 848,45
Coleta - Taxa 17%	2 550,00	2 550,00
Coleta - Taxa 21%	5 976,06	7 738,18
Derrama - Taxa 1,5%	651,86	777,73
Imposto Sobre o Rendimento	11 183,17	12 572,17
Tributação Autónoma	2 005,26	1 506,26
Resultado Líquido	33 235,38	32 057,46

13 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas contabilísticas

13.1 – Fornecedores/ Outras contas a receber e a pagar / Sócios

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de fornecedores/outras contas e receber e a pagar e sócios apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31/12/2016		31/12/2015			
	Activos Financeiros Mensurados ao custo	Perdas por Imparidade Acumuladas	Total	Activos Financeiros Mensurados ao custo	Perdas por Imparidade Acumuladas	Total
Activos						
Outras contas a receber	85 489,80	0,00	85 489,80	176 466,18	0,00	176 466,18
Sócios	96 105,98	0,00	96 105,98	57 615,24	0,00	57 615,24
Total Activo	181 595,78	0,00	181 595,78	234 081,42	0,00	234 081,42
Passivos						
Fornecedores	194,98		194,98	4,74		4,74
Outras contas a pagar	32 953,30		32 953,30	23 269,76		23 269,76
Total do Passivo	33 148,28		33 148,28	23 274,50		23 274,50
Total Líquido	148 447,50	0,00	148 447,50	210 806,92	0,00	210 806,92

Encontra-se reconhecido no balanço um crédito sobre uma entidade relacionada "Morgado Nora Velha", no montante de 56.891 euros, tendo sido no exercício de 2016 definido e assumido sob a forma escrita, um plano de reembolso, com efeitos a partir de junho de 2017.

O valor de outras contas a receber e a pagar é composto do seguinte modo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Outras contas a receber		
Valores a receber de seguradoras	7 796,28	54 290,66
Valores a receber entidades relacionadas	60 766,19	115 014,88
Outros valores a receber	15 619,90	5 410,77
Saldos devedores de fornecedores	1 307,43	1 749,87
Total	85 489,80	176 466,18
Outras contas a pagar		
Acréscimos de gastos	24 524,88	22 280,49
Valores a pagar a seguradoras	210,43	977,34
Outras contas a pagar	8 217,99	11,93
Total	32 953,30	23 269,76

Sócios

Relativamente ao saldo de sócios este montante não está a vencer juros, e está representado no ativo corrente porque se espera que sejam realizados no decorrer do exercício de 2017.

14 – BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

14.1 – Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com pessoal	31/12/2016	31/12/2015
Remunerações Orgãos Sociais	17 896,48	17 226,98
Encargos com Orgãos Sociais	5 691,26	3 758,83
Outros Gastos	3 304,97	4 909,76
Remunerações do Pessoal	125 848,28	121 622,69
Encargos sobre Remunerações do Pessoal	24 764,06	27 857,45
Outros Gastos	9 395,71	6 511,56
Total	186 900,76	181 887,27

14.2 – Outros ativos financeiros

A empresa passou a ter Investimentos Financeiros devido aos valores pagos ao Fundo de Compensação do Trabalho. Estes valores correspondem a 0,925% sobre a retribuição mensal do trabalhador. Os valores pagos ao Fundo de Compensação do Trabalho visam garantir aos trabalhadores cujo contrato de trabalho se inicie após 1 de Outubro de 2013, o pagamento de 50% do valor da compensação a que tenham direito por cessação do respetivo contrato de trabalho.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de outros ativos financeiros apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Outros ativos financeiros	0,65	0,00
Total	0,65	0,00

15 - OUTRAS INFORMAÇÕES

15.1 – Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Estados e outros entes públicos		
Activos		
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivos		
Imposto sobre o rendimento	2 931,00	7 960,60
Retenção de imposto s/ rendimento	6 237,06	1 649,50
Contribuições para a segurança social	3 440,37	3 102,25
Fundo de Compensação do Trabalho	0,00	6,00
Total	12 608,43	12 718,35

15.2 - Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de Diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

Diferimentos	31/12/2016	31/12/2015
Activos		
Seguros a Reconhecer	3 705,31	5 070,35
Outros Gastos a Reconhecer	0,00	0,00
Total	3 705,31	5 070,35

15.3 – Instrumentos de Capital Próprio

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de capital próprio apresentava a seguinte decomposição:

Capital Próprio	31/12/2016	31/12/2015
Capital Realizado	75 500,00	75 500,00
Reservas Legais	15 766,92	15 766,92
Outras Reservas	56 406,12	56 406,12
Resultados Transitados	249 319,25	217 261,78
Resultado Líquido Período	33 235,38	32 057,47
Total	430 227,67	396 992,29

15.4 – Fornecimentos e Serviços Externos


Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos tinha a seguinte decomposição:

Fornecimentos e Serviços Externos	31/12/2016	31/12/2015
Trabalhos Especializados	8 044,17	7 865,24
Publicidade e Propaganda	2 371,98	2 683,61
Vigilância e Segurança	0,00	0,00
Honorários	4 466,68	0,00
Comissões	5 589,39	18,18
Conservação e Reparação	257,07	60,49
Serviços Bancários	387,88	423,38
Materiais	3 080,60	440,91
Eletricidade/Água	2 970,55	1 816,43
Deslocações, Estadas e Transporte	38 244,28	30 074,40
Rendas e Alugueres	4 568,13	4 500,00
Comunicação	4 030,28	3 505,94
Outros Serviços	591,18	3 498,86
Total	74 602,19	54 887,44

15.5 – Outros rendimentos

Outros Rendimentos	31/12/2016	31/12/2015
Correcções relativas a períodos anterior	0,00	25,85
Excesso de estimativa de impostos	777,74	
Outros rendimentos	0,00	0,40
Total	777,74	26,25

15.6 – Outros Gastos



Outros Gastos e Perdas	31/12/2016	31/12/2015
Impostos	7 950,54	6 170,50
Outros Gastos e Perdas	66 447,81	7 824,70
Juros de Mora	0,00	0,00
Total	74 398,35	13 995,20

15.7 – Juros e gastos similares obtidos

O valor apresentado nesta rubrica diz respeito a juros de depósitos a prazo.

16 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS EM DIPLOMAS LEGAIS

16.1 – Transações por mercados geográficos

Em 31 de Dezembro de 2016, a atividade económica da empresa apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Mercado Nacional	Comunitário	Extra Comunitário	Total
Prestação de Serviços	381 274,64			381 274,64
Fornecimento e Serv. Externos	74 602,39			74 602,39
Aq. de Activos Fixos Tangíveis	0,00			0,00
Aq. de Activos Intangíveis	0,00			0,00

16.2 – Dívidas em mora com o estados e outros entes públicos

Dando cumprimento ao estipulado na Lei n.º 110/2009 de 16 de Setembro, a situação da Empresa perante a Segurança Social encontra-se regularizada.

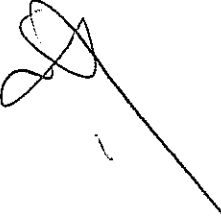
A Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80 de 07 de Novembro.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos da alínea e) do n.º 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

16.3 – Honorários faturados pelo Fiscal Único

Os honorários totais faturados pelo Fiscal Único no exercício de 2016 foram de 1.722€, os quais se referem exclusivamente a serviços de revisão legal de contas.

Durante o exercício não foram faturados à Empresa quaisquer honorários por outros serviços de garantia e fiabilidade nem lhe foram faturados honorários relativos a consultadoria fiscal.



17 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS OU DE RESSEGURO

De acordo com a NR nº15/2009 de Dezembro do Instituto de Seguros de Portugal (ISP), os corretores de seguros têm de cumprir as obrigações que dela constam (Relato financeiro dos mediadores de seguros ou de resseguros), nomeadamente:

17.1 – Descrição das políticas contabilísticas adotadas

Os proveitos obtidos com as comissões são registados aquando da prestação de contas às Seguradoras.

17.2 – Indicação do total das remunerações recebidas desagregadas por natureza

As comissões (entendidas como uma percentagem dos prémios) são recebidas em numerário e totalizavam a 31 de Dezembro de 2016 o valor de 381.274,64 €.

17.3 – Indicação do total das remunerações relativas a contratos de seguros por si intermediados desagregadas por Ramo Vida e Não Vida

RAMO NÃO VIDA	VALOR	%
AIG	2 150,79	0,56%
AÇOREANA	51 373,38	13,47%
ALLIANZ	28 531,84	7,48%
ARAG	529,09	0,14%
AGEAS	1 901,62	0,50%
COSEC	1 570,76	0,41%
FIDELIDADE MUNDIAL	26 402,51	6,92%
GENERALI	548,87	0,14%
IMPÉRIO BONANÇA	139 893,40	36,69%
LIBERTY	21 103,54	5,53%
LUSITANIA	10 413,04	2,73%
MACIF	26,77	0,01%
MAPFRE	1 204,64	0,32%
METLIFE	1 703,26	0,45%
TRANQUILIDADE	66 093,35	17,35%
VICTORIA	2 865,39	0,75%
ZURICH	15 731,56	4,13%
CESCE	428,76	0,11%
SAUDE PRIME	57,54	0,02%
RAMO VIDA	VALOR	%
LUSITANIA VIDA	2 105,38	0,55%
TRANQUILIDADE VIDA	1 079,26	0,28%
VICTORIA VIDA	370,68	0,10%
REAL VIDA	4 845,77	1,27%
ZURICH VIDA	185,15	0,05%
AGE VIDA	107,57	0,03%

17.4 – Indicação da existência de concentração de concentração, ao nível de empresas de seguros, outros mediadores, iguais ou superiores a 25% do total das remunerações auferidas pela carteira.

No ano 2016 existe concentração ao nível das seguradoras com remunerações auferidas por carteira superiores a 25%, nomeadamente, a Império Bonança

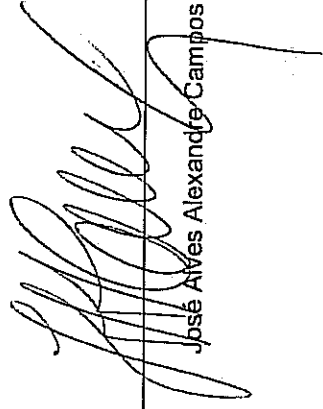
Nota: As restantes alíneas da norma não são aplicáveis.

A Administração



Manuel Pereira

O Contabilista Certificado



José Alves Alexandre Campos